



MARCO LEGAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

FEDERAL	ANO	ESTADUAL
Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 (Lei dos Estrangeiros) <i>Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. (disciplina vistos para estrangeiros em viagem cultural ou em missão de estudos)</i>	1980	
Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 <i>Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências.</i>		
Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990 <i>Dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação, e dá outras providências. (concede isenção de impostos às Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação -ICTs)</i>	1990	
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 <i>Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.</i>	1993	
Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 <i>Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.</i>	1994	
Lei nº 9.279, de 15/06/1996 (Lei de Propriedade Industrial) <i>Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.</i>	1996	
Decreto nº 2.553, de 16/04/1998 <i>Regulamenta os arts. 75 e 88 a 93 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.</i>	1998	
Lei nº 9.610, de 04/09/1998 (Lei de Direitos Autorais) <i>Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.</i>		
Decreto nº 3.201, de 06/10/1999 <i>Dispõe sobre a concessão, de ofício, de licença compulsória nos casos de emergência nacional e de interesse público de que trata o art. 71 da Lei no 9.279, de 14 de maio de 1996.</i>	1999	
Lei nº 10.196, de 14/02/2001 <i>Altera e acresce dispositivos à Lei no 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, e dá outras providências.</i>	2001	
Decreto nº 4.533, de 19/12/2002 <i>Dá nova redação aos arts. 1o , 2o , 5o , 9o e 10 o do Decreto nº 3.201, de 6 de outubro de 1999, que dispõe sobre a concessão, de ofício, de licença compulsória nos casos de emergência nacional e de interesse público de que trata o art. 71 da Lei nº 9.279, de 14/05/1996.</i>	2002	
Lei nº 10.973, de 02/12/2004 <i>Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.</i>	2004	
Decreto nº 5.563, de 11/10/2005 <i>Regulamenta a Lei nº 10.973, de 02/12/2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.</i>		
Lei nº 11.196, de 21/11/2005 <i>Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital.</i>	2005	
Decreto nº 5.798, de 07/06/2006 (Lei do Bem) <i>Regulamenta os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, de que tratam os arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21/11/2005.</i>	2006	
		Resolução SS nº 26, de 26/02/2008 <i>Institui o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, define diretrizes gerais para o seu funcionamento.</i>
	2008	Resolução SS nº 174, de 18/11/08 <i>Dispõe sobre a designação de Membros e Secretária Executiva para o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde.</i>
		Lei Complementar nº 1049, de 19/06/2008 (Lei Paulista de Inovação) <i>Dispõe sobre medidas de incentivo à inovação tecnológica, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico, à engenharia não-rotineira e à extensão tecnológica em ambiente produtivo no Estado de São Paulo.</i>
Lei nº 12.091, de 12.091 de 11/11/2009 <i>Acréscita inciso VII ao § 2o do art. 81 da Lei no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir o nome dos dubladores nos créditos das obras audiovisuais</i>	2009	Decreto nº 53.963, de 21/01/2009 <i>Institui, no âmbito da Administração Pública Estadual a Política de Gestão do Conhecimento e Inovação e dá providências correlatas.</i>
		Decreto nº 54.690, de 18/08/2009 <i>Regulamenta dispositivos que especifica da Lei Complementar nº 1.049 de 19/06/2008, que dispõe sobre medidas de incentivo à inovação tecnológica, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico , à engenharia não rotineira e à extensão tecnológica em ambiente produtivo no Estado de São Paulo</i>
	2010	Decreto nº 56.569, de 22/12/2010 <i>Cria os Núcleos de Inovação Tecnológica - NITs, no âmbito das Instituições Científicas e Tecnológicas do Estado de São Paulo - ICTESPs, das Secretarias de Estado que especifica e dá providências correlatas</i>
Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 <i>Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC</i>		
Decreto nº 7.646, de 21/12/2011 <i>Dispõe sobre a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde – SUS e sobre o processo administrativo para incorporação, exclusão e alteração de tecnologias em saúde pelo SUS, e dá outras providências.</i>	2011	Resolução SS nº 45, de 18/05/2011 <i>Altera os Artigos 2º e 3º da Resolução SS-26, de 26/02/2008, que institui o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, e dá outras providências.</i>
Portaria Interministerial, nº 652, de 14/9/2012 <i>Estabelece as prioridades da política industrial e tecnológica nacional, para promover e incentivar o desenvolvimento de produtos e processos inovadores em empresas nacionais e em entidades nacionais de direito privado, sem fins lucrativos, voltados para atividades de pesquisa, mediante a concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura destinados a apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento.</i>		Resolução SS nº 53, de 10/05/2012 <i>Institui um Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde e dá outras providências</i>
Portaria Interministerial, nº 686, de 21/10/2012 <i>Institui parceria entre os Ministérios da Saúde e da Ciência, Tecnologia e Inovação para cooperação técnica na formulação de políticas de apoio ao desenvolvimento científicos, tecnológico e de inovação em áreas de interesse da saúde humana, por intermédio da integração da Política Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde com a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e constitui Comissão Técnica Interministerial</i>	2012	
Portaria MCTI nº 868, de 21/11/2012 <i>Estabelece os requisitos para a aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários nas áreas de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, e os procedimentos para o acompanhamento de sua implementação, para efeitos do Decreto nº 7.603, de 09/11/2011</i>		
Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012 <i>Dispõe sobre (...) o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico</i>		
		Portaria IP nº 23 de 25/11/13 <i>Designa membros técnicos do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT, do Instituto Pasteur</i>
	2013	Portaria IAL nº 23, de 06/12/13 <i>Designa os membros para comporem o Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT, do Instituto Adolfo Lutz</i>
		Portaria IB, de 10/12/13 <i>Designa membro para exercer a função de Responsável Técnico, no Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT</i>
		Decreto 60.286 de 25/03/2014 (SPAI) <i>Institui e regulamenta o Sistema Paulista de Ambientes de Inovação - SPAI e dá providências correlatas</i>
Decreto nº 8.269, de 25/06/2014 <i>Institui o Programa Nacional de Plataformas do Conhecimento e seu Comitê Gestor</i>		Portaria SUCEN nº 64, de 19/04/14 <i>Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de adotar os procedimentos necessários junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação para a criação do NIT na SUCEN</i>
Portaria nº 715, de 16/07/2014 <i>Estabelece procedimento de análise dos Formulários para Informações sobre as atividades de Pesquisa Tecnológica e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica – FORMP&D, enviados pelas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais disciplinados pelo Capítulo III da Lei nº 11.196, de 21/11/2005 (Lei do Bem), regulamentado pelo Decreto nº 5.798, de 07/06/2006.</i>	2014	
Portaria nº 788, de 05/08/2014 <i>Dispõe sobre a criação de Comitês de Auxílio Técnico para auxiliar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação em atividade de natureza consultiva relacionadas à política de fomento à inovação tecnológica, disciplinada no Capítulo III da Lei nº 11.196, de 21/11/2005 (Lei do Bem), regulamentada pelo Decreto nº 5.798, de 07/06/2006.</i>		
Emenda Constitucional nº 85, de 27/02/2015 <i>Altera e adiciona dispositivos na constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.</i>		
Lei nº13.123, de 20/05/2015 (Acesso ao Patrimônio Genético) <i>Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16/03/1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23/08/2001; e dá outras providências.</i>	2015	
Portaria nº 308, de 08/05/2015 <i>Institui a Comissão de Avaliação e Acompanhamento visando aferir a adequação e pertinência de projetos e programas em ciência, tecnologia e inovação.</i>		
E C nº 85, de 26 de fevereiro de 2015 <i>Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.</i>		
Portaria nº 704, de 11/08/2015 <i>Dá nova redação ao artigo 4º da Portaria nº 577, de 04/06/2014, relativo ao Comitê de Coordenação do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia.</i>		
Medida Provisória nº 694, de 30/09/2015 (Lei do Bem) <i>Altera a Lei nº 9.249, de 26/12/1995, para dispor sobre o imposto sobre a renda incidente sobre juros de capital próprio, a Lei nº 10.865, de 30/04/2004, e a Lei nº 11.196, de 21/11/2005, para dispor sobre os benefícios fiscais do Regime Especial da Indústria Química e para suspender, no ano-calendário de 2016, os benefícios fiscais de que tratam os arts. 19, 19-A e 26 desta Lei</i>		Portaria IAL nº 17, de 08/07/15 <i>Dispõe sobre a nova designação para Membros do Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Adolfo Lutz</i>
		Decreto nº 61.418 de 10/08/2015 (SPAI) <i>Acréscita Disposição Transitória ao Decreto nº 60.286, de 25 de março de 2014, que instituiu e regulamentou o Sistema Paulista de Ambientes de Inovação - SPAI</i>
		Decreto nº 61.492 de 17/09/2015 <i>Institui procedimento para apresentação, análise e teste de soluções inovadoras que contribuam com questões de relevância pública, encaminhadas pela iniciativa privada mediante provocação do Poder Público, e dá providências correlatas</i>
		Resolução Governamental de 16/10/2015 <i>Designa os indicados para comporem as Comissões de Análise das Soluções Inovadoras</i>
Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 <i>Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera as legislações relacionadas.</i>	2016	Decreto nº 62.016, de 10/06 /2016 <i>Institui, junto à Secretaria de Governo, o Comitê Gestor do Projeto “São Paulo: Inovação Aberta em Saúde”, integrante do MoU – Memorando de Entendimento – assinado em outubro de 2013, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Reino Unido e dá providências correlatas</i>
		Resolução de 10/06/16 <i>Designa, nos termos do § 3º do art. 2º do Dec. 62.016, de 10-6-2016, os indicados para comporem o Comitê Gestor do Projeto São Paulo: Inovação Aberta em Saúde.</i>
Portaria nº 254, de 13 /01/2017 <i>Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia</i>		Portaria DGI/IAL nº 4, de 11/01/2017 <i>Estabelece princípios , diretrizes, orientações e bases normativas Para a Política da Gestão da Propriedade Intelectual do Instituto Adolfo Luitz</i>
Portaria nº 59, de 2 de fevereiro de 2017 <i>Fixa o valor do limite global anual, para o exercício de 2017, das importações destinadas à pesquisa científica e tecnológica, nos termos da Lei nº 8.010, de 1990, alterada pela Lei nº 13.322, de 2016.</i>	2017	